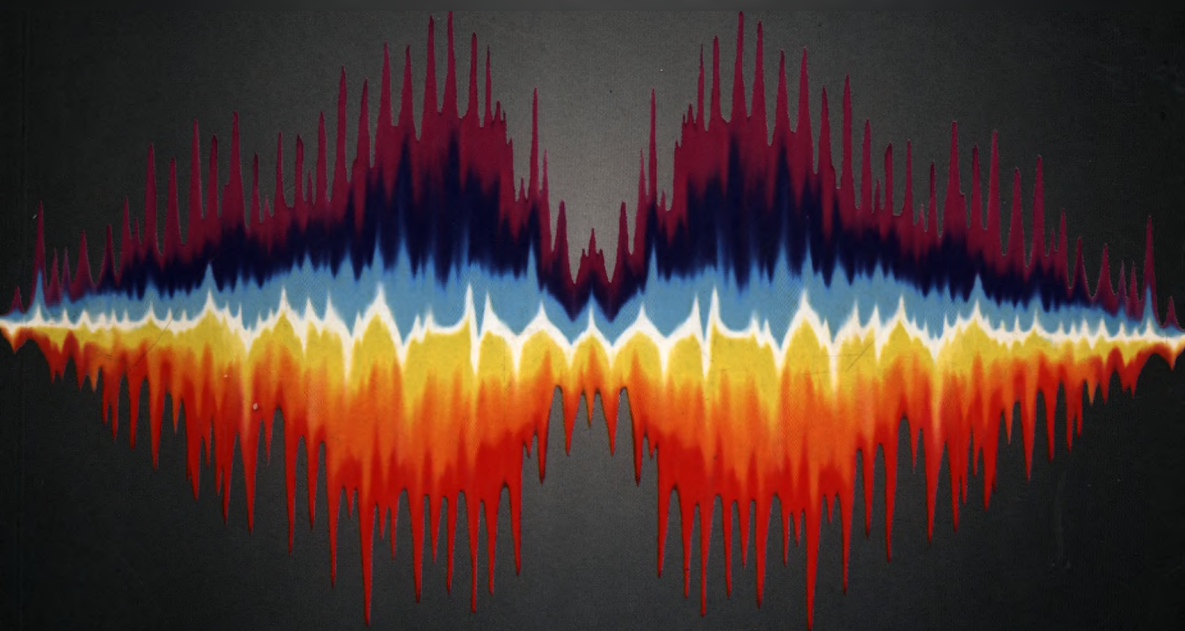


NAS INSTÂNCIAS DO DISCURSO:

uma permeabilidade de fronteiras



Denize Elena Garcia da Silva
(Organizadora)

EDITORA

UnB


OFICINA EDITORIAL
Instituto de Letras - UnB

A obra representa uma aproximação profícua de pesquisadores de diversas instituições, cujos artigos, em lugar de refletir diferentes paradigmas do pensamento lingüístico, revelam o esforço de cada um dentro de suas áreas específicas na busca de caminhos que favoreçam o ensino do vernáculo e garantam a compreensão do uso da língua como prática social.

Luiz Antônio Marcuschi (UFPE),
Denize Elena Garcia da Silva (UnB),
Jacob L. Mey (Odense University -
Dinamarca), Maria Carmen Aires
Gomes (UFV), Izabella dos Santos
Martins Mendes (UFMG), Janaina
Minelli de Oliveira (UFMG), Dina
Maria Martins Ferreira (UPM-SP),
Heloísa Marques Miguel (UFG), Ivone
Tavares de Lucena (UFPB), Carmem
Cecília Camatari Galvão (FJMJ), Lillian
Márcia Simões Zamboni (Unicamp/SP),
Gláucia Muniz Proença Lara (UFMS),
Eline Alcântara dos Santos (Uneb),
Maria Francisca de Oliveira Santos
(UFAL) e Cibele Brandão (UnB)

NAS INSTÂNCIAS
DO DISCURSO:
uma permeabilidade de fronteiras



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA**

Reitor
Lauro Morhy

Vice-Reitor
Timothy Martin Mulholland



Diretor
Alexandre Lima

Conselho Editorial
Presidente
Henryk Siewierski

Alexandre Lima, Clarimar Almeida Valle,
Dione Oliveira Moura, Jader Soares Marinho Filho,
Ricardo Silveira Bernardes, Suzete Venturelli



OFICINA EDITORIAL
Instituto de Letras - UnB

Conselho Editorial
Aryon Dall'Igna Rodrigues, Germana Henriques P. de Sousa,
Heloisa Maria Moreira de Lima A. Salles, Henryk Siewierski,
Rogério da Silva Lima, Vilma Reche Correa



Denize Elena Garcia da Silva
Organizadora

NAS INSTÂNCIAS
DO DISCURSO:
uma permeabilidade de fronteiras



Equipe Editorial

Rita de Cássia da Silva Pedroso de Albuquerque – *Preparação de originais e editoração eletrônica*

Regina Maria Furquim Freire da Silva e Carmem
Cecília Catamari Galvão – *Revisão*

Roberta Elena da Silva Bocchino – *Capa*

Copyright © 2005 by Denize Elena Garcia da Silva (Organizadora)

Impresso no Brasil

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília
SCS, Q. 02, Bloco C, Nº 78, Ed. OK – 2º andar
70300-500 – Brasília-DF
Tel: (61) 3035-4200 – Fax: (61) 3225-5611
www.livrariauniversidade.unb.br – editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
Central da Universidade de Brasília

N241 Nas instâncias do discurso: uma permeabilidade de fronteiras / Denize Elena Garcia da Silva (Organizadora). – Brasília : Editora Universidade de Brasília : Oficina Editorial do Instituto de Letras, 2005.
204 p.

ISBN 85-230-0836-5

1. Análise de discurso crítica. 2. Lingüística textual.
3. Sociolingüística internacional. I. Silva, Denize Elena Garcia da.

CDU 801

*Ao meu Roberto e a cada Paulo
da minha vida*

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| AGRADECIMENTOS | 11 |
| APRESENTAÇÃO | 13 |
| PARTE I – DISCURSO E GRAMÁTICA | 19 |
| DISCURSO, COGNIÇÃO E GRAMÁTICA NOS PROCESSOS DE TEXTUALIZAÇÃO <i>Luiz Antônio Marcuschi</i> | 21 |
| DISCURSO E GRAMÁTICA: MOTIVAÇÕES COGNITIVAS E INTERACIONAIS <i>Denize Elena Garcia da Silva</i> | 37 |
| DISCURSO, GRAMÁTICA E PRAGMÁTICA <i>Jacob L. Mey</i> | 49 |

PARTE II – DISCURSO E MÍDIA.....63

**A VOZ E O *ETHOS* MÉDICO-CIENTÍFICO NO TEXTO DE
INFORMAÇÃO PUBLICITÁRIO**

Maria Carmen Aires Gomes 65

**UM CASO DE POLÍCIA: AS REPORTAGENS POLICIAIS EM
DOIS JORNAIS IMPRESSOS BRASILEIROS, ABORDADAS À
LUZ DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**

Izabella dos Santos Martins Mendes 77

**AÇÕES SOCIAIS DO GÊNERO INFORMAÇÃO CIENTÍFICA
TRANSMITIDA POR MEIO DO JORNAL TELEVISIVO
BRASILEIRO**

Janaina Minelli de Oliveira 87

**PARTE III – DISCURSO, GÊNERO SOCIAL E
IDENTIDADE.....99**

**CONSTRUTO IDENTITÁRIO FEMININO NA BUSCA DO
METAINSTÁVEL: *ENEIDA* DE VERGÍLIO E MÍDIA DA
ATUALIDADE**

Dina Maria Martins Ferreira 101

A CATEGORIA DO TEMPO EM “O CHAMADO DAS PEDRAS”

Heloisa Marques Miguel 111

**A INSCRIÇÃO DO SUJEITO NO DISCURSO DA MÚSICA
NORDESTINA: UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE?**

Ivone Tavares de Lucena 125

| | |
|--|------------|
| PARTE IV – GÊNERO, IDENTIDADE E ARTICULAÇÃO DAS DIFERENÇAS..... | 135 |
| GÊNERO DISCURSIVO ANAMNESE: PRIMEIROS DESVELAMENTOS | |
| <i>Carmem Cecília Camatari Galvão</i> | <i>137</i> |
| DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: CIÊNCIA OU JORNALISMO? | |
| <i>Lilian Márcia Simões Zamboni</i> | <i>145</i> |
| SEMIÓTICA GREIMASIANA E ANÁLISE DO DISCURSO: UMA ARTICULAÇÃO POSSÍVEL | |
| <i>Gláucia Muniz Proença Lara</i> | <i>155</i> |
| PARTE V – DISCURSO ACADÊMICO, INTERAÇÃO E COMPORTAMENTO NÃO-VERBAL | 167 |
| SUJEITO-PROFESSOR: MULTIPLICIDADE DE POSIÇÕES | |
| <i>Eline Alcântara dos Santos</i> | <i>169</i> |
| OS ASPECTOS NÃO-VERBAIS E VERBAIS NA INTERAÇÃO DO DISCURSO DE SALA DE AULA: RESULTADOS PRELIMINARES | |
| <i>Maria Francisca de Oliveira Santos</i> | <i>179</i> |
| ESTRATÉGIAS PRAGMÁTICAS NÃO-VERBAIS NO PROCESSO DE VARIAÇÃO ESTILÍSTICA | |
| <i>Cibele Brandão</i> | <i>191</i> |
| COLABORADORES..... | 201 |

AGRADECIMENTOS

Aos colegas que atenderam à chamada de trabalho para o VI ENIL, brindando-nos não só com a presença, mas sobretudo com a pontualidade na entrega dos artigos, vão os primeiros agradecimentos, pois da resposta concretizada no texto de cada um surgiu este livro.

Além dos colaboradores que assinam os capítulos, três pessoas especiais apoiaram-me durante a fase de organização e montagem: Rita de Cássia encarregou-se da árdua tarefa de formatação e diagramação dos originais, Roberta Elena foi responsável pela parte artística de criação da capa, enquanto Paulo Lindemberg facilitou-me o acesso às ferramentas dos programas de informática, com seu suporte técnico e sua paciência. Os três são meus filhos, razão pela qual meu agradecimento e meu afeto brotam do fundo do coração.

O apoio parcial da Capes e o incentivo do Instituto de Letras da UnB, somados à generosidade da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC), que não poupou esforços para garantir o sucesso do VI ENIL, representaram o baluarte seguro para as apresentações dos trabalhos de pesquisa, aqui representados nos quinze artigos selecionados.

Entre as pessoas que direta ou indiretamente não mediram esforços para enviar-me apoio incondicional a todo momento, mesmo que de lugares distantes, registro dois nomes: Marcuschi e Benedito. O primeiro, além de colaborador e amigo, é o grande incentivador na escalada dos estudos do discurso. Na sua trilha, segue Benedito Gomes Bezerra,

Agradecimentos

doutorando do Programa de Pós-Graduação em Lingüística da UFPE, o responsável pela tradução do artigo de Jacob Mey. Aos dois, que me sensibilizaram pelos gestos de solidariedade, um agradecimento especial.

Agradeço ainda a todos os colegas e alunos do Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade de Brasília que auxiliaram na realização do VI ENIL, de modo especial à Maria Christina Diniz Leal, cuja atuação no trabalho da comissão científica foi de um valor inestimável. Meus agradecimentos também à Lúcia Maria Pinheiro Lobato, pois, mais que significar uma presença marcante no evento, contribuiu efetivamente por meio de ações e de palavras de incentivo. Ambas, que nos privilegiam com lições de vida todos os dias, constituem exemplo de compromisso profissional, dedicação, seriedade e elegância na vida acadêmica.

Por fim, o agradecimento a meu esposo e companheiro pelo altruísmo e pela compreensão diante de determinados momentos da minha vida acadêmico-profissional.

Denize Elena Garcia da Silva

PARTE I - DISCURSO E GRAMÁTICA

DISCURSO, GRAMÁTICA E PRAGMÁTICA¹

Jacob L. Mey

Introdução: gramática e discurso

Tradicionalmente, tem havido a compreensão de que a gramática é para lingüistas, enquanto a teoria do discurso pertenceria ao domínio das ciências da linguagem "aplicadas" e, como tal, não seria de interesse para os lingüistas. Nesta conferência, quero demonstrar que essa "cisão" implica um completo retrocesso à dicotomia saussuriana entre "*langue*" e "*parole*"; mas, também, que essa divisão de trabalho (embora possa ter sido útil), de modo algum significa uma separação de interesses ou a negação da existência de objetivos e propósitos comuns.

Talvez possamos captar melhor o *rapprochement* que ultimamente pudemos testemunhar entre lingüistas e teóricos do discurso, parceiros no "consórcio da linguagem", nos *slogans* pragmáticos de que "não há regras sem usuário", por um lado, e de que "não há discurso (ou usos da linguagem, em geral) sem regras e princípios". Nisso, a pragmática é vista como o ponto de unificação entre a gramática e os estudos do discurso: um implica o outro pragmaticamente e um necessita do outro para sobreviver. Voltarei a isto Revisitando o discurso e a gramática, abaixo.

A cisão saussuriana

Ferdinand de Saussure, muitas vezes chamado de “o pai da lingüística moderna”, definiu lingüística como o estudo da *langue*, o sistema da língua, em contraste com o que realmente se fala, a *parole* (1949:37). Para Saussure, a *parole* é a totalidade do que as pessoas falam: “la somme de ce que les gens disent” (1949:38). Essa “totalização”, entretanto, se realiza numa base individual: não há nada de social na fala das pessoas: “il n’y a rien de collectif dans la parole” (1949:38). E Saussure conclui o capítulo 4 de seu *Cours* com as palavras: “Nós nos concentraremos exclusivamente nesta última [isto é, na lingüística propriamente], a lingüística que tem a *langue* como seu objeto propriamente dito” (1949:39) – na medida em que ele não deseja admitir uma “linguistique de la parole”.

A cisão saussuriana já era completa desde sua origem, e seria ainda aperfeiçoada nas teorias estruturalistas da linguagem que floresceram durante a maior parte do século passado. Quero apenas mencionar uma entre as muitas dessas teorias que podem ser postas sob o rótulo comum de “estruturalismo”: a “glossemática”, teoria desenvolvida pelo dinamarquês pós-saussuriano Louis Hjelmslev. Nessa teoria, a língua se define como um sistema, ao qual corresponde um processo; o sistema é necessário, o processo não. Se encontrássemos em algum lugar, em outro planeta, uma língua que fosse totalmente diferente de qualquer língua falada em nosso planeta, mas que tivesse, por exemplo, o mesmo sistema do latim, essa língua seria também latim, para usar um dos exemplos preferidos de Hjelmslev. Para Hjelmslev, o que as pessoas fazem com suas línguas é objeto de estudo do que ele chama um tanto pejorativamente de “filologia” – uma “pseudociência” que estuda “não a língua em si, mas os *disiecta membra* da língua, que não oferecem a possibilidade de compreensão da totalidade que a língua representa; [trata-se dos] *resíduos* físicos e fisiológicos, psicológicos e lógicos, sociológicos e históricos da língua [que se estuda], e não da língua em si” (1943:7; a tradução e a ênfase são minhas).

Os chamados “resíduos” que Hjelmslev descarta aqui de forma tão negligente são precisamente os elementos da língua que recebem preeminência quando estudamos o *discurso* tal como contido nos textos. Textos não servem apenas para fornecer espécimes lingüísticos, atestando a existência de certas estruturas internas da *langue* (tipicamente, os enunciados utilizados em livros-texto de lingüística, em sua maioria fabricados pelos próprios lingüistas); um texto, *qualquer* texto, é parte da *parole* de algum falante.

Textos representam palavras que provêm da mente e do corpo de pessoas vivas, e não de representações esquemáticas do tipo das “cabeças falantes”, introduzidas primeiramente por Saussure, em seu *Cours*, e que pretendiam simbolizar “deux personnes, A et B, qui s’entretiennent” (1949:27; v. Figura 1).

Saussure’s ‘Talking Heads’
(*Cours de linguistique générale*, Paris, 1916, p. 17)



Fig. 1: Communicating heads
(after Saussure 1959:11)

É nas mentes e bocas de falantes reais, vivos, e não nas representações esquemáticas propostas por lingüistas e outros teóricos, que o estudo da linguagem como fenômeno *social* tem a sua origem. Também é aí que a real integração das disciplinas que lidam com a língua (quer dizer, não só com a *langue*, mas com a língua conforme seu uso na sociedade), de um modo ou de outro, pode acontecer.

Embora o próprio Saussure deixe em aberto a possibilidade de uma “linguistique de la parole” (se bem que com muitas reservas: “on peut parler”, “à la rigueur”, 1949:38), seus tradutores observam que “F. de Saussure n’a jamais abordé dans ses leçons la linguistique de la parole” (1949:197) – e por um bom motivo, como veremos.

Saussure e o “Outro”

Voltemos, por um instante, ao familiar esquema a que eu chamei (um tanto irreverentemente) de as “cabeças falantes de Saussure”. Observe, primeiro, que Saussure aparentemente só está interessado “no que sai da boca”, como diz a Bíblia (Mateus, 15:10). É verdade que Saussure coloca uma outra pessoa no esquema, o ouvinte; afinal, ele está falando de duas pessoas travando uma conversação. Mas o que acontece com essa outra pessoa? Ela funciona apenas como um receptor temporário do “acte individuel” do falante (1949:27). Uma vez que o

falante termina de falar, o mesmo ouvinte se transforma em falante e produz o seu próprio ato individual de fala.

Contudo, essa "comunicação" entre A e B (se é que pode ser chamada assim) não só acontece exclusivamente entre suas cabeças, descartando completamente seus corpos decepados, os *disiecta membra* reais de que falava Hjelmslev, mas também se considera o contato entre os dois falantes como uma série de atos *individuais*, em que os falantes produzem seus próprios enunciados, sem nenhuma relação com o restante da sociedade. (Terei algo mais a dizer sobre corpos e "incorporação"; veja o item 7). É verdade que Saussure, na continuação, nos adverte que "impõe-se sair do ato individual, que não é senão o embrião da linguagem, e abordar o fato social" (1949:29); porém, para ele, esse fato social ("le fait social") é representado apenas pelo *sistema* da língua, a *langue*, enquanto o *ato* real da fala, a *parole*, serve apenas, em um sentido ancilar, para "lançar luzes sobre o estudo da *langue*" (1949:39).

Mais abaixo, voltarei ao conceito de "ato" na fala. Primeiramente, porém, introduzirei uma outra abordagem ao problema da *parole*, relacionada com o semioticista russo Mikhail M. Bakhtin.

Bakhtin e Saussure

Mais ou menos na mesma época em que Hjelmslev especulava sobre a língua como um sistema que "se apoiava em si mesmo", com suas próprias leis e estruturas (cf. 1943:7), um contemporâneo seu, mas desconhecido de Hjelmslev, também se debatia com o mesmo legado pós-saussureano de "leis e estruturas".

Refletindo sobre os *Cadernos do Subterrâneo*, o lingüista e semioticista russo Mikhail M. Bakhtin comenta criticamente a visão de Dostoyevsky sobre uma "tabela de logaritmos" que pudesse ser esboçada para explicar os eventos de nossa existência em seus mínimos detalhes (Dostoyevsky, 1965:30,31). Dostoyevsky descreve sua concepção como se segue:

"Todas as ações humanas, justamente por isso, serão então calculadas de acordo com essas leis [da natureza, JM], em termos matemáticos, como numa tabela de logaritmos, até 108.000, e gravadas em um almanaque..." (Dostoyevsky, 1965:30. cf. Morson e Emerson, 1990:37).

Isso lembra as especulações de Hjelmslev a respeito de uma álgebra lingüística, entendida como "um cálculo que nos habilita, independentemente de toda experiência... a implementar as ferramentas a serem utilizadas na descrição e compreensão de um texto e da língua na qual ele é construído" (1943:17).

O cálculo que Hjelmslev tem em vista aqui se fundamenta na noção de "*langue*" como definida por Saussure e adotada por ele sob o nome de *sistema* (da língua) – na realidade, um sistema de relações lógicas apresentado como "*langue*", com frases modeladas em proposições abstratas, a serem obtidas por meio de um conjunto de regras formais engenhosamente delineado, algo que, uma geração depois, viria a ser chamado de "gramática da língua" por Chomsky e sua escola.

Em oposição a isso, Bakhtin resolve a dicotomia saussuriana em favor da "*parole*", o *enunciado*. Ao contrário também de Hjelmslev e de outros formalistas, Bakhtin tem consciência dos perigos inerentes a uma concepção de leis e regras que tenta reduzir os fenômenos lingüísticos à mera realização dessas leis e regras, e que é tida como válida não só para os fenômenos sob observação, mas também para todos os fenômenos "possíveis, mas ainda não concebidos e talvez nem mesmo concebíveis" (cf. Hjelmslev, 1943:17).

O que fica de fora de tal sistema, a saber, o enunciado real, ultrapassa nossos esquemas descritivos e é reduzido ao *status* de "resíduo", como vimos acima. Para Bakhtin, tal concepção abstrata de língua reduz esse "resíduo" de enunciados a "um mero amontoado de fenômenos acidentais, incompreensíveis e inclassificáveis" (Morson e Emerson, 1990:39). Foi exatamente isso que Hjelmslev, usando um termo idêntico ("resíduos"; *udfældninger*, em dinamarquês; 1943:7), descartou de forma tão categórica, quando falou sobre os aspectos psicológicos, fisiológicos e sociológicos, entre outros que, por definição, são deixados de fora da "*langue*": o desvio transcendental do sistema lingüístico, como se pode chamar.

Como observam Morson e Emerson (1990:39), em seu excelente estudo sobre Bakhtin:

Na visão de Bakhtin, quando Saussure abstraiu a *langue* da *parole*, o que sobrou, ou seja, a *parole*, só podia ser um fenômeno secundário, um domínio amorfo, à parte da investigação científica. Leis e resíduos são conseqüências gêmeas de um estilo de pensamento insustentável.

Consideremos agora como Bakhtin tenta resolver o problema do "Outro", o parceiro na interação lingüística.

Bakhtin e o "Outro"

Para quem trabalha na tradição bakhtiniana, a divisão do "fato social" da comunicação em papéis tais como "falante" e "ouvinte" está,

a priori, contaminada pela distorção individualista que afetou a maior parte da lingüística do século vinte. Permitam-me citar o importante ensaio de Bakhtin, postumamente publicado, "Os Gêneros do Discurso" (1994 [1979]), em que ele discute precisamente a mesma passagem do *Cours* de Saussure que eu destaquei anteriormente.

Na lingüística, até agora, persistem ficções tais como o "ouvinte" e o "receptor" (os parceiros do "falante")... Essas ficções produzem uma imagem completamente distorcida do processo complexo e multifacetado da comunicação verbal ativa. Cursos de lingüística geral (mesmo os cursos sérios como os de Saussure) freqüentemente apresentam descrições gráfico-esquemáticas dos dois parceiros da comunicação verbal – o falante e o ouvinte (que percebe a fala) – e fornecem diagramas dos processos ativos da fala do locutor e dos processos passivos correspondentes da percepção e da compreensão da fala pelo ouvinte. Não se pode dizer que esses esquemas são errados ou que não correspondem a certos aspectos da realidade. Porém, quando esses esquemas são apresentados como o todo real da comunicação verbal, eles se transformam em ficção científica. O fato é que, quando percebe e compreende a significação (o sentido lingüístico) do discurso, o ouvinte simultaneamente adota, para com esse discurso, uma atitude responsiva ativa... Toda compreensão de um discurso vivo, de um enunciado vivo, é inerentemente responsiva... Toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz. (1994:68).

E Bakhtin (*Id.*:69) conclui:

O desejo de tornar seu discurso inteligível é apenas um aspecto abstrato da intenção discursiva total e concreta do falante. Além do mais, todo falante como tal é, em maior ou menor grau, um respondente. Afinal, ele não é o primeiro falante, aquele que rompe o silêncio eterno do universo. Ele pressupõe não só a existência do sistema da língua que utiliza [cf. a idéia de Hjelmslev, de que o sistema é pressuposto pelo processo, 1943:10-11; comentário meu], mas também a existência dos enunciados anteriores – dele mesmo e de outros – aos quais seu próprio enunciado se vincula por algum tipo de relação.

O que devemos aprender dessa passagem é simplesmente o seguinte: em minha fala, eu não sou um "Adão bíblico", como diz Bakhtin (1994:94), inventariando e nomeando as coisas e distribuindo seus nomes pelo universo. Meu discurso é predeterminado pelos falantes e ouvintes anteriores a mim, pela comunidade de fala da qual faço parte. E já é "pós-determinado" em relação aos outros, meus futuros respondentes.

Noutro lugar, Bakhtin fala disso em termos de "dialogismo". Eu daria um passo a mais e chamaria o processo discursivo de um processo *dialético*, visto que o meu discurso depende totalmente do discurso de outros para chegar a existir; para poder ser falada, a minha fala invoca a fala de outros. Confirmam:

O papel dos outros, para os quais o enunciado se elabora, é muito importante... o papel desses outros, para os quais meu pensamento se torna, pela primeira vez, um pensamento real (e, com isso, real também para mim), não é o de ouvintes passivos, mas de participantes ativos na comunicação verbal (Bakhtin, loc.cit.).

Aqui, Bakhtin ecoa uma visão de uso da linguagem que já havia sido prevista na obra de Marx e Engels, quando eles caracterizaram a linguagem como "consciência prática" (1974:51) – noção que desenvolvi mais detalhadamente em meu livro de 1985, explicitando a interação entre prática e consciência como movimento dialético "pelo qual a consciência de nossa práxis societária se transforma em uma práxis societária da consciência. Essa consciência-práxis se chama *linguagem*" (Mey, 1985:219). Para Bakhtin, a dialética da comunicação se apresenta como um "índice substancial (constitutivo) do enunciado... [no] fato de dirigir-se a alguém, de estar voltado *para o destinatário*" (Bakhtin, 1994:95). Pelo fato de que o enunciado sempre se dirige a alguém, sempre "se volta para" um outro membro da comunidade (Bakhtin usou o verbo russo *obratit'sja*, "voltar-se para", para criar o termo técnico *obrascennost'* como designação desse ato), é que, sem isso, "não há e não poderia haver enunciado" (Ibid.:99).

O valor desse ponto de vista se torna claro quando consideramos as mudanças que acompanharam e aceleraram o gradual desaparecimento do paradigma estruturalista na segunda metade do século passado: antes de tudo, o surgimento da disciplina chamada *pragmática*.

Revisitando o discurso e a gramática

Acima, afirmei que discurso e gramática não são entidades opostas entre si: antes, precisam um da outra para existir. É verdade que falamos de “regras” gramaticais e preferimos dizer “princípios”, no caso do discurso; mas isso se dá somente porque a pragmática, como ciência do usuário da língua e, conseqüentemente, da *parole*, tem tido dificuldades, desde o tempo de Saussure, em assimilar o ponto de vista gramatical, baseado em regras, sobre o sistema, a *langue*; e, naturalmente, o oposto também é verdadeiro.

Na maioria das vezes, a gramática é equiparada a um sistema de regras e, como tal (como já foi dito tantas vezes, por exemplo, Mey, 2001:67-68), não tem muito a oferecer para uma visão de língua baseada na não-previsibilidade do enunciado individual. Regras sintáticas prevêm a correção; princípios pragmáticos podem dar apenas uma orientação, uma idéia geral sobre para onde o enunciado vai, o que vai fazer (como no caso de um ato de fala), ou como atinge seus objetivos (por exemplo, usando a polidez ou a cooperação). Assim, parece não haver muito espaço para uma visão pragmática, digamos, da regra sintática. A regra ou funciona ou não funciona; portanto, o que a pragmática tem que ver com isso?

Contudo, refletindo e recordando que a pragmática diz respeito ao uso que as pessoas fazem de sua língua, pode-se refazer a questão acima, como se segue:

Como a pragmática pode contribuir com respeito ao *uso* de uma regra sintática no texto?

Em outras palavras: o que *faz* a regra, senão apenas indicar a correção ou a incorreção de uma sentença ou enunciado?

Embora seja um fato que a correção não é condição necessária para o enunciado ser compreendido “corretamente” (do contrário, aí de nós, a maioria dos usuários da língua), todavia o caso também é que um enunciado correto e bem formado *ceteris paribus* terá mais chance de ser compreendido, tanto de conformidade com a intenção do falante como de acordo com as possibilidades do ouvinte. No discurso, o *que* é dito pode ser mais importante do que *como* é dito; porém, em muitas ocasiões, o “como” pode ou contribuir bastante para “o que” ou impedi-lo substancialmente.

Na prática do ensino de língua, tem havido esforços para restringir o papel das regras gramaticais, considerando-as comunicativamente irrelevantes (como em diversas abordagens ao ensino de língua estrangeira, conhecidas como “métodos comunicativos”) ou reduzindo o número de traços gramaticais que normalmente compõem o sistema de

uma língua (como foi feito no caso de abordagens como a do Inglês Básico). Entretanto, tais esforços nem sempre trouxeram os resultados desejados.

É verdade que a abordagem comunicativa proporciona aos estudantes uma certa tranqüilidade em trocar respostas com falantes de outras línguas, sem precisar se preocupar demais com regras gramaticais ou com a justeza expressiva; por outro lado, a negligência da gramaticalização adequada freqüentemente resulta em uma espécie de fossilização, um estilo "meio Tarzan", que não é um bom modo de comunicação para coisa alguma, exceto nos níveis mais elementares dos detalhes práticos da vida (como quando o turista pede bebida em um bar, numa cidade estrangeira). No momento em que o estrangeiro – ou estrangeira – deseja se comunicar adequadamente com um nativo amigável sobre algum assunto de maior interesse, o problema é como formar sentenças simples que não pertençam ao repertório turístico padrão. Neste ponto, a gramática é necessária. As regras gramaticais constituem o quadro em que apoiamos nossos enunciados, por assim dizer. Se o quadro for frágil, nossos enunciados podem não ser fortes o bastante para superar o abismo intercultural, em que a compreensão de uma língua diferente freqüentemente depende de minúcias gramaticais e estilísticas que não podem ser captadas por uma abordagem comunicativa pura e simples.

Conquanto possam ser assim necessárias para a comunicação bem sucedida, também é verdade que regras dificilmente são suficientes: o que um enunciado pode *fazer* depende de outros fatores que não a observação de regras gramaticais. Esta é a razão por que pessoas como Grice insistiram em que precisamos de "princípios", mais do que de regras, para dar conta do fato de que os indivíduos, apesar de todas as imperfeições no uso real da linguagem, continuam entendendo uns aos outros. A questão sobre para que serve uma *regra* (um problema gramatical) se transforma, deste modo, na pergunta sobre para que serve um *enunciado* (um problema pragmático).

Lembramos, aqui, a teoria dos atos de fala, como o nobre esforço de esclarecer o que as palavras fazem: dada uma certa fórmula, que efeitos pode haver? (Um exemplo clássico é o batismo católico romano). Naturalmente, essa pergunta levanta um problema muito complicado, freqüentemente referido como o "contexto situacional", entendido ao mesmo tempo como uma precondição necessária para o sucesso do enunciado ("o real deflagrador do ato de fala") e como uma imbricação suficiente para a compreensão do conteúdo comunicativo ("a percepção do efeito perlocucionário do ato de fala"). O aspecto complicado é que, mesmo que pareça obedecer a todas as condições ilocucionárias e

alcançar o efeito perlocucionário apropriado, um determinado ato de fala ainda pode não *ser* aquele ato de fala em particular, mas algo muito diferente. Por exemplo, a inocente pergunta sobre as habilidades de alguém, ou o despretensioso pedido de um pouco mais de tempo, podem se transformar, na prática, em um pedido ou numa ameaça (Compare o clássico enunciado expresso à mesa: "Pode passar o sal?" Ou a bem conhecida advertência sobre algo muito ruim que está para acontecer: "Um momento!", dita com forte ênfase e numa tonalidade ameaçadora).

Tais enunciados podem ser descritos e classificados de acordo com o que eles "são" intrinsecamente: um determinado ato de fala, que às vezes se transforma na versão *indireta* de uma outra coisa, e que "faz" essa coisa por meio da força das palavras enunciadas. A questão é: "Dadas essas palavras, o que elas podem fazer?" De modo inverso, não se faz a pergunta "Dada essa situação, de que palavras preciso para alcançar meu objetivo?", pois o verdadeiro problema, isto é, o problema da situação como "cúmplice" exterior, não foi atacado adequadamente. Aqui, a pragmática talvez tenha feito a sua mais importante contribuição, ao ressaltar que, na realidade, todos os atos de fala são mais ou menos "indiretos", ou seja, sua força provém da situação, de fora para dentro, por assim dizer, e não o contrário, como se o ato de fala definisse a situação de dentro para fora.

Para que um ato de fala obtenha sucesso, a primeira condição é que ele seja realizado de acordo com as circunstâncias situacionais que estão em vigor. Naturalmente, essa compreensão não é completamente nova: ela já havia sido formulada por Dell Hymes, em 1972, em seu bem conhecido artigo sobre os "eventos discursivos", e também por Levinson, em um artigo menos conhecido (reimpresso recentemente) sobre "tipos de atividade" (1978; reimpressão 1992). Resumidamente, o que esses pontos de vista têm em comum com o meu é que os atos que realizamos são condicionados pelas "disponibilidades" da situação, como tenho chamado, usando um termo originalmente devido ao psicólogo James J. Gibson (1979; Mey, 2001:220,221). Desta forma, todos os atos de fala (e não só os indiretos) são essencialmente *atos situados*; isso quer dizer que seu sucesso depende de até que ponto os seus realizadores são capazes de se ajustar às necessidades da situação e às "disponibilidades" dos usuários. O ato tem precedência sobre a palavra, mas a situação tem precedência sobre o ato.²

Para muitos teóricos do ato de fala, o problema do ato de fala indireto funciona como o canário na gaiola dos mineiros: ele nos alerta sobre a existência de perigos e problemas desconhecidos em nosso tratamento da linguagem em uso. O perigo, em nosso caso, é a confiança excessiva na configuração lingüística do ato, em vez de concentrar a

atenção em suas condições situacionais; sem dúvida, uma mácula ou um legado da confiança cega no critério de "correção", nos estudos contemporâneos de sintaxe. Tal confiança pode nos fazer fechar os olhos para o que realmente está acontecendo; então, claramente, precisamos retirar a venda dos olhos e nos reorientar para a situação.

Assim, o papel da situação pode ser convenientemente descrito por meio da metáfora do movimento que empreguei anteriormente: enquanto a teoria clássica dos atos de fala parte das palavras do falante e traça toda a sua trajetória para uma situação esperada de sucesso, a visão pragmática parte da situação e tenta descobrir os elementos lingüísticos (e outros) bem sucedidos que correspondem ao ato desejado e à sua execução. O ato de fala situacional (como descrito em termos de "evento discursivo" ou "ato pragmático") substitui o ato de fala isolado como unidade básica de descrição. Esse movimento é centrípeto ("de fora para dentro"), enquanto o movimento anterior é centrífugo ("de dentro para fora"). Neste, perguntamos: "Que efeitos as minhas palavras têm nesta situação?"; naquele, a pergunta é: "Que palavras são apropriadas para a situação em que estou atuando?"³

Assim, a ênfase da descrição não são mais os atos de fala individuais (como foi para Searle e seus seguidores). A função do *evento discursivo* é compreensível somente em termos da linguagem usada; de modo inverso, o *ato de fala* individual só faz sentido no evento. Mais recentemente, essa visão obteve considerável apoio entre os antropólogos e lingüistas; assim, o antropólogo-lingüista Bill Hanks afirma que "o significado surge da interação entre língua e circunstâncias; ele não está encapsulado na própria língua" (1996:266), quer dizer, o significado não está codificado em unidades de sentido nem é administrado por meio de regras sintáticas.⁴

Uma mudança de paradigma

O tradicional paradigma de análise e estudo da linguagem sofreu mudanças drásticas no curso do século passado. De um paradigma estritamente orientado para a estrutura (que, por sua vez, substituiu o paradigma filológico clássico), passou-se a um paradigma pragmático, no sentido de que o foco do interesse não são mais as regras de uma gramática, mas os modos como os usuários praticam atos com suas palavras, na comunicação e no campo das ações.

Além do mais, o impacto inicial para essa mudança de paradigma não veio da lingüística, mas da filosofia da linguagem. Contudo, esta última também ficou presa a um modelo comunicativo (implicitamente adotado) da tradição lingüística (as "cabeças falantes") que se baseava

em uma dupla falácia: não era capaz de reconhecer, como um todo, a pessoa daquele que se comunica e tentava explicar os fenômenos lingüísticos de dentro para fora, “centrifugamente”, ou seja, partindo do falante (mais precisamente, da cabeça do falante). Essa abordagem *micropragmática* foi então gradualmente complementada por uma visão *macropragmática*, em que as questões passam a ser levantadas “centripetamente”, quer dizer, partindo do mundo e de todo o contexto comunicativo e concentrando-se no falante individual como representante de um conglomerado social (ou “classe”, na linguagem marxista).

A lição a ser conservada dessa abordagem *micropragmática* é esta: quando nos comunicamos, o que não dizemos pode ser tão importante, ou até mais importante, do que o que dizemos. As implicaturas griceanas são um exemplo primordial dessa tendência. A abordagem *macropragmática* acrescenta a isso a observação de que só podemos dizer aquilo que a sociedade nos habilita a dizer, isto é, as nossas “disponibilidades” (cf. Gibson, 1979). Essas “disponibilidades” têm a ver não só com o que está em nossas mentes, mas também, em larga medida, com o que mente e corpo podem transmitir; deste modo, quando se analisa a conversação, deve haver a exigência mínima de que a metodologia incorpore o papel do corpo (postura, olhar, expressão facial, respiração, e assim por diante): o corpo não só acompanha o discurso, mas é parte essencial do ato comunicativo total (ver Mey, 2001:223-227).

Considerações finais

Uma palavra final sobre o tema desta minha conferência, “pragmática, gramática e discurso”, seria:

A gramática não determina a pragmática, mas também a pragmática não vive sem a gramática. Os princípios que a pragmática estabelece para a realização dos atos de fala (“micropragmática”) devem ser complementados por regras que especifiquem o que é minimamente necessário para que as palavras do discurso sejam compreendidas (“macropragmática”).

Por outro lado, embora a pragmática seja o princípio orientador do discurso, este pode violar os princípios pragmáticos em função de objetivos mais elevados. O caso da “zombaria” dos princípios griceanos me ocorre como um excelente exemplo. Não podemos descartar os princípios, mas certamente gostaríamos de poder infringi-los de vez em quando, a fim de obter um efeito especial (tal como acontece no caso das implicaturas; Greenall, 2002).

Como disse Voltaire, em sua irônica obra-prima, *Cândido*, “*il faut tuer un amiral de temps em temps pour encourager les autres*”. Zombar dos

princípios é necessário para mantermos nossa sanidade discursiva e para encorajar a produção de um discurso mais comunicativo e expressivo. Nem as regras nem os princípios são a palavra final; esta pertence exclusivamente ao usuário da língua.

Notas

¹ Tradução do original inglês por Benedito Gomes Bezerra, doutorando em Lingüística, na Pós-Graduação em Lingüística da UFPE, Recife.

² Basicamente, é disso que trata a teoria dos "atos pragmáticos"; veja o importante capítulo 8 de Mey, 2001.

³ Meu uso dessas noções não deve ser confundido com os conceitos similares de Bakhtin, especialmente em sua obra "Discurso no Romance"; ver Morson e Emerson (1990:139,140).

⁴ Ver Enfield (1998), para uma esclarecedora discussão sobre essa questão.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail M. The problem of speech genres. In: HOLQUIST, Michael & EMERSON, Caryl (Ed.). *Speech genres and other late essays*. trans. Vern McGee. Austin: University of Texas Press, 1994. p. 60-102. [1979]

DOSTOEVSKIJ, Fedor M. [Dostoyevsky]. *Zapiski iz podpol'ja*. (notes from underground). Letchworth, Herts.: Bradda Books, 1965. [1864]

ENFIELD, Nick. On the indispensability of semantics: defining the 'vacuous'. In: MEY, J.L. & BOGUSLAWSKI, A. (Ed.). *E pluribus una: A Festschrift for Anna Wierzbicka*. Odense: Odense University Press, 1998. p. 285-304.

GIBSON, James J. *The ecological approach to visual perception*. Boston, Mass.: Houghton Mifflin, 1979.

GREENALL, Ann Jorid Klungervik. *Towards a socio-cognitive account of flouting and flout-based meaning*. Trondheim: Norwegian University of Science and Technology, 2002. (Ph.D diss.)

GRICE, H. Paul. Logic and conversation. In: COLE, Peter (Ed.). *Syntax and Semantics*. New York: Academic Press, 1975. p. 41-58. v.9.

Jacob L. Mey

HANKS, William F. *Language and communicative practices*. Boulder, Col.: Westview Press, 1996.

HJELMSLEV, Louis. *Omkring sprogteoriens grundlæggelse*. Kobenhavn: Munksgaard. (Translated as: *Prolegomena to a theory of language* by Francis Whitfield. Bloomington, Ind.: University of Indiana Press, 1953. [1943])

HYMES, Dell. Models of the interaction of language and social life. In: GUMPERZ and HYMES (Ed.). 1972. p. 35-71.

LEVINSON, Stephen C. Activity types and language. In: DREW, P. & HERITAGE, J.(Ed.). *Talk at work: interaction in institutional settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 66-100. Originally published in *Linguistics* 17(5/6):365-399. [1978/1979].

_____. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

_____. *Presumptive Meanings: the theory of generalized conversational implicature*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2000.

MARX, Karl & FRIEDRICH Engels. *Die deutsche Ideologie*. Berlin: Dietz, 1974. (MEW Band 3). [1848]

MEY, Jacob L. *Whose language? A study in linguistic pragmatics*. Amsterdam & Philadelphia: Benjamins, 1985.

_____. *Pragmatics: an introduction*. 2.ed. enlarged and revised. Oxford & Boston: Blackwell, 2001. [1993]

MORSON, Gary S. & CARYL, Emerson. *Mikhail Bakhtin: creation of a prosaics*. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1990.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1949. [1916]

SEARLE John R. *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

COLABORADORES

Carmem Cecília Camatari Galvão
Professora da Faculdade Jesus, Maria e José – Taguatinga (DF)
Mestrado em Lingüística pela Universidade de Brasília – UnB

Cibele Brandão
Professora do Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula
da Universidade de Brasília – UnB
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Lingüística da UnB

Denize Elena Garcia da Silva
Professora do Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula
da Universidade de Brasília – UnB
Doutorado em Lingüística Hispânica pela Universidad Nacional Autónoma
de México – UNAM

Dina Maria Martins Ferreira
Professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Educação da Universidade
Presbiteriana Mackenzie (SP)
Doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Colaboradores

Eline Alcântara dos Santos

Professora do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Mestrado em Lingüística pela Universidade de Brasília – UnB

Gláucia Muniz Proença Lara

Professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Doutorado em Semiótica e Lingüística Geral pela Universidade de São Paulo – USP

Heloisa Marques Miguel

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Goiânia – UFG

Ivone Tavares de Lucena

Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa

Izabella dos Santos Martins Mendes

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Jacob L. Mey

Professor Emérito da Universidade do Sul da Dinamarca, Odense

Doutorado em Filosofia pela Universidade de Zaragoza, Espanha

Janaína Minelli de Oliveira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Lilian Márcia Simões Zamboni

Consultora Legislativa do Senado Federal – Brasília (DF)

Doutorado em Lingüística pela UNICAMP

Luiz Antônio Marcuschi

Professor do Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Doutorado em Filosofia da Linguagem pela Universidade de Erlangen-Nürnberg, Alemanha

Maria Carmen Aires Gomes

Professora do Departamento de Letras e Artes da Universidade Federal de Viçosa – UFV

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Maria Francisca de Oliveira Santos

Professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Doutorado em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE



Dupligráfica Editora
SIG/Sul Qd. 08 n° 2396 - Brasília/DF
Fone: (61) 3344-1918 - Fax: (61) 3344-1924
e-mail: dupligráfica@terra.com.br

**OUTROS LANÇAMENTOS DA
EDITORA UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA**

Minhas cartas e as dos outros

(volumes 1 e 2)

Carlos Lacerda

A crise do modelo francês

Denis Rolland

**Agrotóxicos: mutações, câncer &
reprodução**

Cesar Koppe Grisolia

Introdução à cinemática relativística

José de Lima Acioli

Novos estudos sobre línguas indígenas

Aryon Dall'Igna Rodrigues

Ana Suelly Arruda Câmara Cabral

Simmel e a modernidade

(2.^a edição)

Jessé Souza e Berthold Öelze

(Organizadores)

**A pós-graduação no Brasil: formação
e trabalho de**

mestres e doutores no país

(volume 1 - 2.^a edição)

Jacques Velloso (Organizador)

**Psicologia e conhecimento: subsídios
da psicologia do desenvolvimento
para a análise de ensinar e aprender**

Maria Helena Fávero

Itinerários de Barbara Freitag

Sergio Paulo Rouanet, Nair Heloísa

Bicalho de Sousa e Maria Francisca

Pinheiro Coelho (Organizadores)

Nas instâncias do discurso: uma permeabilidade de fronteiras compreende cinco partes. A necessidade de uma mudança de perspectiva na relação entre discurso e gramática, acentuada pela preocupação decorrente de questões voltadas para o ensino gramatical, equivale ao fio central que enlaça três artigos reunidos na primeira parte. As reflexões que tomam como objeto de análise textos veiculados na mídia marcam a segunda parte do livro, composta por três estudos, cujos autores dialogam com teorias críticas que enfocam o discurso como prática social. Ao mostrar que a língua é atividade estruturante e constitutiva, três artigos configuram a terceira parte, que envolve questões de natureza semântica e de cunho ideológico plasmadas no discurso literário. Seus autores, além de mostrarem que lingüística e literatura não se excluem, colocam em evidência não só valores políticos, inseridos em contextos sócio-históricos, mas também questões que envolvem gênero social e identidade. Em favor de uma política de representação, diferentes discussões sobre gênero discursivo, fortalecidas pela busca de articulação de diferenças epistemo-lógicas, perpassam os artigos da penúltima parte. Ilustrando ainda a permeabilidade de fronteiras que delimitam as instâncias do discurso, três artigos conformam a parte final. São reflexões de pesquisas que se estendem desde a multiplicidade de posições do sujeito-professor até as facetas que envolvem o comportamento verbal e não-verbal, presentes na dinâmica de interação em contextos acadêmicos.

CÓD. EDU 387495

ISBN 85-230-0836-5



9 798523 008368